



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Edição Nº 19 - 28 de Novembro de 2023 - Distribuição Gratuita

EXPLORAÇÃO DE GÁS NO DISTRITO DE BÚZI:

Falha do Governo em prover formação levará à exclusão de oportunidades de empregos à jovens locais

Por: Rui Mate e Fernando Cerveja

1. Introdução

Entre 2009 a 2023, o Governo recebeu cerca de 2,75 milhões USD (177,4 milhões de meticais) do projecto de gás do Búzi, para investir em programas de formação para jovens e para o desenvolvimento local daquela região¹. No entanto, a população local não tem estado a beneficiar de formação adequada, nem dos valores do desenvolvimento local, conforme prevê o contracto.

A falta de formação qualificada levará à exclusão dos jovens, das comunidades hospedeiras dos projectos, de oportunidades de emprego no projecto de gás do Búzi, o que pode levar à frustração e a conflitos sociais.

O contrato de concessão para pesquisa e produção (CCPP), assinado entre o Governo de Moçambique e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para o bloco de Búzi, bacia de Moçambique, na província de Sofala, estabelece, no artigo 18 (Emprego e Formação), uma série de obrigações dentre as quais a inclusão, tanto quanto possível, de cidadãos moçambicanos que possuam as qualificações adequadas a todos os níveis das suas operações. A inclusão, de acordo com o contrato, pode também incluir trabalhadores como subcontratados ou empregados dos subcontratados.

Para cumprir com parte deste propósito, o contrato prevê que a concessionária pague ao Governo 150 mil dólares por ano, durante o período de pesquisa, para uso em programas de formação e apoio institucional no seio do Governo².

Sucedo, porém, que as comunidades de Inharongue e Matire, no distrito de Búzi Sede, província de Sofala, que acolhem este projecto, em entrevistas concedidas ao CIP manifestaram descontentamento pela sua exclusão nas oportunidades de emprego por falta de envolvimento no processo. Além disso, as comunidades afirmam que as oportunidades de emprego existentes são comunicadas

apenas ao Governo distrital e que não recebem informações sobre a implementação do projecto, além de não haver diálogo entre a empresa e a comunidade. As reclamações apresentadas pelas comunidades revelam aspectos de falta de transparência que podem levar a conflitos.

Sabe-se que para garantir a participação das comunidades em projectos extractivos e evitar focos de conflitos, é importante promover uma consulta prévia, informação transparente, diálogo aberto e inclusivo, além de incentivar a participação activa das comunidades no processo de tomada de decisão. É ainda importante garantir que as oportunidades de emprego sejam divulgadas e acessíveis a estas comunidades, fornecendo treinamento e capacitação adequados, além de estabelecer políticas que priorizem a contratação local, sempre que possível.

Estas situações levantam questões relativas ao papel do Governo na implementação de programas de capacitação para que as comunidades possam estar preparadas para participar de forma efectiva no projecto de gás de Buzi.

O presente texto surge no âmbito das pesquisas sobre a gestão e mitigação de conflitos associados à exploração de recursos naturais. O problema central abordado no texto é a falta de transparência em relação ao projecto de gás do Búzi, que se acaba reflectido na falta de oportunidades de emprego para a população local.

Metodologicamente, o texto resulta de uma pesquisa de campo complementada com pesquisa documental e consulta bibliográfica. Para o efeito, pesquisadores do CIP deslocaram-se ao distrito de Búzi, província de Sofala, onde realizaram entrevistas a informantes-chave, com destaque para membros das comunidades hospedeiras do gás de Búzi, nomeadamente comunidade de Inharongue e Matire, a autoridades governamentais locais e a gestores da empresa.

1 O valor foi pago nos termos do contrato celebrado com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) cujo operador principal é a empresa Búzi Hydrocarbons, responsável pelo projecto

2 Ver artigo 18 do Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção assinado disponível no site <http://www.inp.gov.mz/pt/Políticas-Regime-Legal/Contratos-de-Pesquisa-Producao-de-Hidrocarbonetos/Bloco-do-Buzi-Bacia-de-Mocambique>

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: rui.mate@cipmoz.org

O texto divide-se em quatro partes. Na primeira parte é apresentada a introdução. Depois são apresentados as principais constatações e análises em torno da transparência do projecto de exploração em Sofala, liderado pela empresa Búzi Hydrocarbons. Por fim apresenta-se a conclusão e as principais recomendações, bem como a lista dos documentos consultados.

2. A Búzi Hydrocarbons recebeu, sem concurso público, 75% da concessão da ENH, atribuída pelo Governo sobre as áreas sujeitas à jurisdição da República de Moçambique

Em 2008 o Governo e a empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) assinaram um contrato de concessão para pesquisa e produção para o Bloco de Búzi na província de Sofala³. O contrato foi assinado no âmbito do objectivo do Governo em atribuir a ENH o direito de realizar actividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo em certas áreas sujeitas à jurisdição da República de Moçambique.

Em 2009, num acordo directo, a ENH cedeu 75% da sua participação, referente ao contrato acima referido, à empresa Buzi Hydrocarbons, da Indonésia⁴. As perfurações de pesquisa iniciaram em 2019⁵ e, em Outubro de 2022, a empresa anunciou a existência de reservas estimadas entre 10 e 16 mil milhões de pés cúbicos de gás natural, que podem ser exploradas por um período de 25 anos⁶, e viabilidade comercial de 2 furos, até então. Na mesma ocasião, foi anunciado que a empresa buscava compradores para o gás natural de Búzi⁷.

O plano de investimento apresentado pela Búzi Hydrocarbons indica que, numa primeira fase, o investimento previsto será de cerca de 15 milhões de dólares e, numa fase posterior, cerca de 120 milhões de dólares para a construção de uma plataforma de produção de Gás Natural Liquefeito⁸.

O administrador do distrito do Búzi, João Saize Duarte⁹, deu o ponto de situação do estágio actual do projecto, referindo que após o anúncio da viabilidade dos 2 furos, a empresa Búzi Hydrocarbons estuda qual será a modalidade viável de exploração do gás de Búzi. O Administrador explicou que foram apresentadas duas possibilidades: a primeira é uma exploração local, através da construção de uma

fábrica em Búzi, conforme a previsão inicial; a segunda seria a construção de um gasoduto para Inhambane ou para o porto da Beira para a exportação em bruto. Segundo o Administrador, opinião também partilhada pelo CIP¹⁰, a primeira possibilidade é a que maiores benefícios poderá trazer ao distrito, tanto em termos de emprego como de desenvolvimento.

A ENH recebeu 100% da concessão do Governo, sem concurso, no âmbito do objectivo de realização de actividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo em certas áreas sujeitas à jurisdição da República de Moçambique. Por sua vez, a ENH cedeu, através de uma concessão directa, uma grande maioria da sua concessão (75%) a uma empresa estrangeira, neste caso a Búzi Hydrocarbons. Olhando-se para os objectivos iniciais pelos quais o Governo fez uma concessão directa a ENH, era expectável que a produção também fosse realizada em Moçambique. Assim sendo, é de se recomendar ao Governo que garanta a viabilidade da produção interna do gás para não desvirtuar o objectivo inicial desta concessão.

3. Valor recebido da Búzi Hydrocarbons deveria ser usado para capacitar tecnicamente as comunidades e prepará-las para receberem o projecto

O contrato do projecto de Búzi estabelece, no artigo 18 (emprego e formação), que será dada uma máxima preferência, sempre que possível, à contratação de cidadãos moçambicanos para todas as fases do projecto, desde que reúnam os requisitos exigidos para as posições. Estas oportunidades preferenciais seriam para o projecto-mãe e para todas as empresas subcontratadas pelo projecto mãe.

Considerando as deficiências do país em termos de mão-de-obra qualificada para responder a este sector, foi igualmente definido que a empresa iria, em coordenação com o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), fornecer um programa de formações aos moçambicanos para responderem às diversas fases do projecto. De forma resumida, o artigo 18 estabelece que:

- i. a empresa paga ao Governo, dentro de 3 meses após a assinatura do contrato, o valor de 200 mil USD de apoio institucional às entidades envolvidas na promoção, pesquisa e administração das operações petrolíferas;
- ii. durante as operações de pesquisa, a

3 MIREME. Contrato Bloco de Buzi, Bacia de Moçambique. Disponível no site: <https://mireme.gov.mz/wp-content/uploads/2022/03/BlocoBuziBacia-de-Mocambique.pdf>. Acesso 13/09/2023

4 MGC (2009). Notícias: ENH e Buzi Hydrocarbons exploram Bloco de Búzi. Disponível no site <https://www.mgc.co.mz/pt/noticias/enh-e-buzi-hydrocarbons-exploram-bloco-de-buzi/>. Acesso 29/08/2023

5 INP (2023). *Áreas de Concessão Activas*. Disponível no site: <https://www.inp.gov.mz/pt/Descricao-de-Concessoes/Areas-de-Concessao-Activas>. Acesso 29/08/2023

6 O Económico (24/08/2023). EMP-Búzi Hydrocarbons da Indonésia vai investir cerca de US\$120 milhões para construir uma plataforma de produção de Gás Natural Liquefeito. Disponível no site: <https://www.oeconomico.com/emp-buzi-hydrocarbons-da-indonesia-vai-investir-cerca-de-us120-milhoes-para-construir-uma-plataforma-de-producao-de-gas-natural-liquefeito/>. Acesso 29/08/2023

7 Diário Económico (26/10/2022). Moçambique procura compradores de gás natural da bacia do buzi. Disponível no site: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2022/10/26/oilgas/mocambique-procura-compradores-de-gas-natural-da-bacia-do-buzi/>. Acesso 29/08/2023

8 Idem

9 João Saize Duarte, Administrador do distrito do Búzi, entrevistado no dia 17/11/2022 no distrito de Buzi no âmbito do workshop sobre a indústria extractiva no distrito de Buzi.

10 Ver vídeo da entrevista no link: <https://www.youtube.com/watch?v=dKJ5K25WNSs>. Acesso 13/09/2023

- empresa paga anualmente ao Governo 150 mil USD para programas de formação e apoio institucional no seio do Governo;
- iii. durante o período de desenvolvimento e produção, a empresa paga ao Governo 200 mil USD por ano para programas de formação e apoio institucional no seio do Governo;
 - iv. durante a vigência do contrato, a empresa paga ao Governo, 150 mil USD por ano para suportar projectos sociais para cidadãos moçambicanos nas áreas onde ocorrerão as operações petrolíferas.

Como forma de aumentar as possibilidades de as comunidades se beneficiarem da exploração de recursos extractivos, é importante que as mesmas estejam formadas e capacitadas tecnicamente. Esta tarefa consubstancia-se como um dos papéis centrais do Governo nos projectos extractivos. Assim, é esperado que o Governo forneça recursos e programas de treinamento para melhorar as habilidades e conhecimentos das comunidades, permitindo que elas se envolvam, de maneira mais efectiva, nas actividades relacionadas com os projectos extractivos.

Estimativas, com base no disposto no artigo 18 (emprego e formação) e artigo 3 (direitos contratuais e sua duração), mostram que o Governo recebeu da empresa Búzi Hydrocarbons até ao ano de 2023, cerca de 2,75 milhões de USD para emprego e formação. Era expectável que o valor recebido pelo Governo fosse usado em programas de formação e apoio institucional.

Todos os pagamentos referidos, segundo o artigo 18, são custos recuperáveis, isto é, são custos incorridos pela empresa e que depois são dedutíveis na determinação do rendimento colectável. Isto quer dizer que todos estes custos representam um adiantamento que a empresa faz ao Governo e que depois deduz dos impostos que paga. Isto para dizer que não é nenhum acto de benevolência ou altruísmo por parte da empresa, mas sim parte dos impostos que o Governo deve usar para o bem estar dos moçambicanos.

Durante as entrevistas realizadas na pesquisa de campo em Búzi, ficou claro que a população tem pouco conhecimento sobre as acções de formação para este projecto. A população mostrou desconhecimento em relação a acções de formação levada a cabo pelo Governo para dotar os locais de habilidades técnicas de modo a responder, tanto à fase de pesquisa, como à fase de desenvolvimento e produção. No entanto, o Administrador do distrito do Búzi, João Saize Duarte, referiu existirem algumas iniciativas de criação de cursos de curta duração nas áreas de construção civil, electricidade e serralharia para jovens da comunidade¹¹. A equipa de pesquisa não conseguiu verificar a veracidade desta informação no terreno.

O Governo, segundo os cálculos baseados no contrato, irá receber até ao ano de 2023 um mínimo de 450 mil USD (29 milhões de MT¹²) para acções de capacitação e apoio institucional, pagos pela empresa Buzi Hydrocarbonetos.

Considerando o papel do Governo, como garante primário de recursos para melhorar as habilidades e conhecimentos das comunidades que possam permitir maiores benefícios do projecto, parte deste valor poderia ser usado para treinar e capacitar tecnicamente as comunidades locais para que não se sintam, nem sejam, excluídas das oportunidades de emprego que serão criadas por falta de habilidades técnicas. Com esta acção, o Governo estará a exercer, de facto, o seu papel de preparação das comunidades para as oportunidades futuras.

4. Risco de conflitos por falta de transparência em relação às oportunidades de emprego

As operações da indústria extractiva ocorrem, fundamentalmente, em zonas rurais e envolvem actores nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, com níveis assimétricos de poder. Nesta assimetria, as comunidades locais são as principais vítimas, pois a sua participação chega a ser pouco significativa e os benefícios sócio-económicos esperadas das operações da indústria extractiva muito menos lhes chegam. Apesar da cooperação ser um mecanismo de comunicação formal amplamente elogiado, não tem força suficiente para eliminar conflitos entre os diferentes actores, cujos interesses nem sempre são convergentes, mas serve de elemento de mitigação e plataforma para a gestão sustentável de qualquer conflito que possa emergir¹³

O baixo nível de envolvimento das comunidades locais é referido através das reclamações de populares entrevistados durante a realização da pesquisa de campo. Os entrevistados disseram que a empresa ainda não cumpriu com algumas promessas no âmbito da responsabilidade social e não comunica em relação às oportunidades de emprego¹⁴.

O régulo Fernando Jó¹⁵, afirmou que o seu regulado não está sendo envolvido no projecto de pesquisa, sobretudo na componente do futuro das comunidades que estão sendo abrangidas pelas actividades, nomeadamente as povoações de Beia, Thungo, Nhambade e Borongue. O régulo afirmou que nas comunidades acima, a pesquisa da empresa abrange as zonas residenciais, áreas de produção agrícola, zonas de pastagem de gado bovino e palmares de coqueiros. Disse que a população residente não está informada sobre um eventual plano de reassentamento caso comece a exploração do gás, o que poderá criar conflito mais tarde. Exemplos das ilhas de Olinda e Mualane, em Inhassunge, província da Zambézia, situações similares de falta de envolvimento das comunidades e transparência no processo de reassentamento levaram a conflitos e reporte de mortes de membros

11 Ver vídeo do link: <https://www.youtube.com/watch?v=dKJ5K25WNSs>. Acesso 13/09/2023

12 Cambio BCI - 64,51MT/USD dia 13/09/2023: <https://www.bci.co.mz/cambio/>. Acesso 13/09/2023

13 Levinger, M. B. (1960). Conflict analysis: understanding causes, unlocking solutions. United States Institute of Peace Academy guides. Washington

14 CIP (23 de Novembro de 2022). Deve ser melhorada a comunicação na implementação do projecto de gás no distrito de Buzi [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=dKJ5K25WNSs> Acesso 13/09/2023

15 Fernando Jó, Régulo de Inharongue, entrevistado no dia 20/06/2023, no distrito de Buzi, localidade de Inharongue, no âmbito da presente pesquisa

da comunidade¹⁶, algo que pode ser evitado tendo em conta estas experiências.

O régulo Fernando Jó afirmou, ainda, que a empresa Buzi Hydrocarbons presta mais atenção ao regulado Matire em detrimento do seu, regulado de Inharongue, o que, segundo ele, constitui uma discriminação uma vez que os dois regulados irão sofrer os mesmos impactos. O régulo demonstrou ter a percepção de que há discriminação no tratamento das comunidades o que pode levar ao surgimento de conflitos se essas percepções não forem devidamente esclarecidas por todos que estão diretamente envolvidos neste projecto. O régulo acrescentou ainda que no capítulo de contratação de mão-de-obra, igualmente nunca foi envolvido pela empresa Buzi Hydrocarbons. Vezes sem conta as contratações são feitas a partir da Secretaria Distrital, dando espaço para que haja contratação de pessoas que não residem no regulado.

O régulo Matire em entrevista ¹⁷ afirmou ter boas relações com a empresa no que diz respeito a coordenação das actividades no terreno. A sua reivindicação relaciona-se com o não envolvimento na contratação de mão-de-obra.

O facto de existir um sentimento de exclusão de uma comunidade, neste caso a comunidade de Inharongue, em detrimento de outra, a comunidade de Matire, constitui um elevado risco de emergirem conflitos associados à exploração de recursos naturais. Adicionado a este sentimento de exclusão, o pronunciamento ou receio de que a falta de inclusão nos processos de contratação possa dar lugar a contratação de pessoas que não residem no regulado é outro risco de conflito que deve ser gerido antes que cresça e seja mais oneroso de gerir.

Questionado o representante da empresa Búzi Hydrocarbons, baseado no distrito do Búzi, Abdul Razak Idrisse Juma Dafine¹⁸, este afirmou que a ligação da empresa com as comunidades, incluindo as lideranças comunitárias, é da responsabilidade do governo distrital. Acrescentou que não é responsabilidade da empresa envolver o régulo Jó nas actividades do projecto de pesquisa de gás, no bloco de Búzi. Segundo Abdul Razak Idrisse Juma Dafine, cabe ao governo distrital coordenar esta parte juntamente com as comunidades.

Abdul Dafine, num outro desenvolvimento, acrescentou que mesmo para o recrutamento de mão-de-obra também é da competência do governo distrital. A Búzi Hydrocarbons quando tem necessidade de contratar trabalhadores canaliza as necessidades para o governo distrital e este é responsável pelo recrutamento. Depois o governo manda os nomes dos apurados para a Búzi Hydrocarbons.

Este pronunciamento mostra o nível de opacidade da empresa em relação a actores não governamentais, mesmo tratando-se de lideranças locais que são o elemento chave na implementação do projecto.

Quando questionado, o administrador do distrito do Búzi, João Saize Duarte, sobre as questões de empregabilidade na Búzi Hydrocarbons, este informou que, em relação à reclamação do régulo Jó, existe um trabalho em curso para o envolver mais e colocá-lo a par das actividades em curso no seu regulado porque ele é uma das peças fundamentais do projecto. O administrador confirmou, sem avançar os motivos, que o mecanismo de comunicação em relação à contratação de mão de obra é o que foi informado pela empresa e pelos régulos, que é o do envio das oportunidades ao governo do distrito e este por sua vez é responsável pela comunicação ao membros da comunidade.

Acrescentou, na sua explicação, que nos próximos processos de contratação serão envolvidos os dois regulados das regiões onde o projecto está sendo executado, como forma de evitar conflitos no futuro. Acrescentou ainda que no quadro das pesquisas do terceiro furo de gás, que em princípio deve iniciar ainda em 2023, a Secretária Distrital de Búzi, irá lançar um concurso para 150 vagas não especificadas ainda, de acordo com a promessa feita pela empresa Buzi Hydrocarbons.

5. Governo deve explicar como gastou 2,1 milhões de USD para projectos de desenvolvimento local

Segundo os termos contratuais, o Governo irá receber até finais de 2023, segundo os cálculos efectuados com base no contrato da exploração de gás em Búzi, cerca de 2,1 milhões de USD para projectos de desenvolvimento local. Este valor, segundo o artigo 18 do contrato, é pago todos os anos ao Governo pela empresa durante a vigência do contrato.

Questionado, o administrador do distrito do Búzi, João Saize Duarte, se existia algum acordo do uso dos valores de desenvolvimento local este informou que até ao momento não existe nenhum acordo de desenvolvimento local (ADL) assinado com as comunidades como acontece em outros locais do país onde existem projectos similares. Informou que ainda se está na fase da pesquisa e que só depois, já na fase da produção, serão assinados os memorandos com a comunidade.

16 DW (6 de abril de 2019). Zambézia: População descontente com exploração de areias. Disponível no site: <https://www.dw.com/pt-002/zamb%C3%A9zia-popula%C3%A7%C3%A3o-acusa-empresa-chinesa-e-autoridades-de-expropria%C3%A7%C3%B5es-fores-for%C3%A7adas/a-48236922>. Acesso 13/09/2023

17 Régulo Matire, Régulo de Matire, entrevistado no dia 2023/06/20, no distrito de Buzi, localidade de Matire, no âmbito da presente pesquisa

18 Entrevista realizada no dia 11/08/2023

Ora, se o Governo recebe desde o início da vigência do contrato valores anuais destinados ao desenvolvimento local, era expectável que as comunidades estivessem envolvidas desde o início para que possam monitorar e escrutinar os benéficos que fluem devido às externalidades negativas que terão que suportar para dar lugar, ou partilhar, espaço com o projecto. O mecanismo que tem sido usado em vários projectos é o chamado ADL. Neste sentido, é de se recomendar que o Governo apresente um relatório dos recebimentos e gastos efectuados no âmbito desses pagamentos para escrutínio público.

Membros da comunidade hospedeira, ouvidos no âmbito do workshop sobre a indústria extractiva no distrito de Buzi¹⁹, disseram que a empresa Búzi Hydrocarbons, aquando do início da pesquisa dos dois furos que neste momento já foram concluídos, prometeu a construção de uma unidade sanitária e da respectiva maternidade. Mas, até hoje, ainda não foi cumprida a promessa. Membros da comunidade, ouvidos pela equipa de pesquisa, acrescentaram que, quando questionam a empresa, obtêm a resposta de que ainda estão a mobilizar para a construção da infraestrutura. Considerando as questões de transparência que pairam a volta deste projecto, e apresentadas ao longo deste texto, fica a dúvida sobre se de facto a empresa estaria a busca de recursos ou, à luz do artigo 18 do contrato, os valores já canalizados ao Governo é que devem materializar essas promessas.

6. Conclusão

O relacionamento que emerge de forma incipiente em Búzi, em consequência da relação de poder assimétrico, poderá gerar momentos de tensão, crise e conflitos, nalguns casos violentos, entre os diferentes actores, directa e/ou indirectamente envolvidos neste projecto. Neste sentido, a cooperação, traduzida em consultas públicas que ocorrem antes e durante a implantação dos projectos, tem sido vista como evidência de gestão e mitigação de conflitos. Apesar de a cooperação ser um mecanismo de comunicação formal, amplamente elogiado, não tem força suficiente para eliminar conflitos entre os diferentes actores cujos interesses nem sempre são convergentes, mas serve de elemento de mitigação e plataforma para a gestão sustentável de qualquer conflito que possa emergir.

Nesta pesquisa foi possível constatar a existência de focos de conflitos devido a aspectos de transparência que podem ser mitigados se o Ministério de Recursos Minerais e Energia explicar detalhadamente como os recursos provenientes da empresa para a formação estão a ser aplicados; a empresa Búzi Hydrocarbons e governo do distrito melhorarem o mecanismo de comunicação e de envolvimento das comunidades.

Considerando que o projecto de Búzi está numa fase embrionária, é de recomendar:

1. Ao governo distrital, um maior envolvimento da comunidades nos primeiros passos do projecto para uma gestão óptima de qualquer conflito que possa emergir;
2. Ao Governo, maior transparência na maneira como os valores que a empresa transfere, no âmbito do artigo 18, estão a ser geridos. Os moçambicanos precisam de conhecer o número de pessoas formadas com esses valores: em que áreas foram formadas, qual a sua ocupação actual; que projectos foram levados a cabo, no âmbito das transferências para projectos sociais da empresa, para a área de Búzi; e
3. À Empresa, uma maior abertura e transparência no âmbito da sua interacção com as comunidades e organizações da sociedade civil.

¹⁹ Entrevistas realizadas no dia 17/11/2022 no Distrito de Buzi

7. Documentos Consultados

- BCI (2023). Câmbio do dia 13/09/2023. Disponível no site: <https://www.bci.co.mz/cambio/>. Acesso 13/09/2023
- CIP (2022, Novembro 23). Deve ser melhorada a comunicação na implementação do projecto de gás no distrito de Buzi [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=dKJ5K25WNSs> Acesso 13/09/2023
- Diário Económico (26/10/2022). Moçambique procura compradores de gás natural da bacia do buzi. Disponível no site: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2022/10/26/oilgas/mocambique-procura-compradores-de-gas-natural-da-bacia-do-buzi/>. Acesso 29/08/2023
- INP (2023). *Áreas de Concessão Activas*. Disponível no site: <https://www.inp.gov.mz/pt/Descricao-de-Concessoes/Areas-de-Concessao-Activas>. Acesso 29/08/2023
- Levinger, M. B. (1960). Conflict analysis: understanding causes, unlocking solutions. United States Institute of Peace Academy guides. Washington
- MGC (2009). Noticias: ENH e Buzi Hydrocarbons exploram Bloco de Búzi. Disponível no site <https://www.mgc.co.mz/pt/noticias/enh-e-buzi-hydrocarbons-exploram-bloco-de-buzi/>. Acesso 29/08/2023
- MIREME. Contrato Bloco de Buzi, Bacia de Moçambique. Disponível no site: <https://mireme.gov.mz/wp-content/uploads/2022/03/BlocoBuziBacia-de-Mocambique.pdf>. Acesso 13/09/2023
- O Economico (24/08/2023). EMP-Búzi Hydrocarbons da Indonésia vai investir cerca de US\$120 milhões para construir uma plataforma de produção de Gás Natural Liquefeito. Disponível no site: <https://www.oeconomico.com/emp-buzi-hydrocarbons-da-indonesia-vai-investir-cerca-de-us120-milhoes-para-construir-uma-plataforma-de-producao-de-gas-natural-liquefeito/>. Acesso 29/08/2023



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Rui Mate e Fernando Cerveja

Revisão de pares: Borges Nhamirre, Ivan Maússe, Edson Cortez e Aldemiro Bande

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique